

Terminamos o ano com boas notícias. Uma delas é que, finalmente, o Congresso Nacional começou a se movimentar, sacudindo a letargia em que se encontra desde o início dos trabalhos da CPI do Orçamento. É pelo menos o que anunciam os presidentes do PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PPS, PP e PC do B, reunidos terça-feira em Brasília. Prometem colocar em andamento a reforma fiscal, tema que vem sendo debatido sem qualquer resultado desde os tempos de Marcílio Marques Moreira. Prometem dar urgência ao plano proposto por Fernando Henrique Cardoso. Prometem ainda retomar a revisão constitucional e garantem que serão afastados da votação os deputados envolvidos nas mamatas denunciadas na CPI do Orçamento.

Saudemos as boas intenções dos presidentes dos partidos. Embora sendo alvo freqüente de críticas, a verdade é que, na crise de paralisia de Estado em que nos encontramos, o Congresso tem feito um pouco mais do que os outros poderes. Com surpreendente presença de parlamentares, cassou os três deputados do PSD que mudaram de partido por dinheiro. Além disso, é preciso que se lhe reconheça o mérito de levar avante a investigação na CPI do Orçamento. Abrindo o caminho para a punição dos corruptos que se meteram em seu meio, a instituição caminha para redimir a sua própria imagem perante a opinião pública. E, portanto, para conquistar crédito para as iniciativas dos seus líderes.



## FOI NO CONGRESSO QUE COMEÇOU O MOVIMENTO DE RECUPERAÇÃO MORAL DAS ELITES POLÍTICAS

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) declarou há alguns dias, em artigo no **Estado** intitulado "Da disputa dos poderes", que, no Brasil de hoje, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário não compartilham o poder, como deveria ser segundo as boas regras das democracias políticas. Eles competem pelo poder. "O Poder Executivo", continua o deputado, "quer ser também Poder Legislativo. O Poder Legislativo, de sua vez, quer ser também Poder Executivo. E o Poder Judiciário, cada vez mais, quer ser Poder Executivo e Legislativo, além de si mesmo". A isso que Jobim chama de "taxa de incoerência" do Legislativo, Executivo e Judiciário ele soma a crise da Federação (União, Estados e municípios). Poderia haver melhor descrição da crise

institucional em que nos encontramos?

A verdade é que a crise institucional é ainda pior. Em que pesem as qualidades de Jobim como conhecedor das instituições políticas brasileiras, a sua descrição pode ser melhorada, se é que tal palavra se adequa ao caso. Além das taxas de incoerência institucional, que são realmente enormes, o Executivo dá mostras seguidas de incapacidade para governar, o Congresso aparece perante a opinião marcado por sinais de corrupção e o Judiciário reage diante da crise com uma lentidão espantosa, uma terrível indecisão, como se fosse uma corporação fechada, identificada com privilégios corporativos mais do que com o bem público. Last but not least, crescem nas pesquisas as tendências

favoráveis a regimes de força e os militares começam a dar sinais de impaciência.

No ano novo que se anuncia, saudemos, pois, a disposição dos presidentes de partido em fazer o Congresso trabalhar mais. Apesar de todas as críticas, há que reconhecer que foi o Congresso que começou, no impedimento de Collor, o movimento de recuperação moral das elites políticas. A razão simples disso é que, como costumava dizer Ulysses, o Congresso é uma casa de vidro. Se o que se faz ali de ruim é mais difícil de se esconder, o que se faz de bom tem mais chances de crescer e de expandir para todo o sistema democrático.

Pela mesma razão, o Congresso é sempre o primeiro alvo dos golpes de Estado. As ditaduras se concentram nos Executivos e, embora derrubem os princípios do Direito, mantêm os Judiciários. Mas podem muito bem dispensar os legislativos e quase sempre aniquilam os partidos. Tenho a impressão de que os presidentes dos partidos perceberam, finalmente, algo de que parte da opinião pública já sabe há mais tempo. A corda arrebenta sempre do lado mais fraco e, quando se trata de instituições democráticas que se rompem sob o peso de uma ditadura, o lado mais fraco é o do Congresso. Portanto, Congresso, mexa-se!

### O AUTOR

Francisco C. Weffort  
é professor  
de Ciência Política  
da USP

